

**PACTO NACIONAL PELO
FORTALECIMENTO DO
ENSINO MÉDIO: FORMAÇÃO
CONTINUADA PARA OS
PROFESSORES DO ENSINO
MÉDIO DO ESTADO DO
PARANÁ**

JUNHO-2014

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS
DIRETORIA DE ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**PACTO NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO:
FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFESSORES DO ENSINO
MÉDIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**JUNHO
2014**

GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHIA

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ

FLÁVIO ARNS

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

PAULO SCHMIDT

DIRETOR-GERAL

EDMUNDO RODRIGUES DA VEIGA NETO

SUPERINTENDENTE DA EDUCAÇÃO

ELIANE TEREZINHA VIEIRA ROCHA

DIRETORIA DE POLÍTICAS E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

EZIQUEL MENTA

DIRETORIA DE ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

IVANILDE MARIA TIBOLA

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

TELMA FALTZ VALÉRIO

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DO ENSINO MÉDIO

MARLY ALBIAZZETTI FIGUEIREDO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

Departamento de Educação Básica

Avenida Água Verde, 2140

www.diaadiaeducacao.pr.gov.br

80240-900 CURITIBA – PARANÁ

COLABORADORES

Alexandra Maria dos Santos
Ana Carolina Morello
Angela Dorcas de Paula
Deuseles de Oliveira
Dolores Follador
Eliete de Lara Constante
Elisandra Angrewski
Elizabeth dos Santos
Gerson Luiz Portela de Oliveira
Hélio Puchalki
Janete de Fátima Stimamiglio
Josemary Moreno Delgado Rech
Juara Regina Arthury de Almeida Ferreira

Katya Aparecida de Carvalho Prust
Lucimar Donizete Gusmão
Marcelo Lambach
Maria Regina Bach
Marisa Leris Pereira da Silva
Marli Francisca Peron
Marly Albiazzetti Figueiredo
Monica Bernardes de Castro Schreiber
Otto Henrique Martins da Silva
Sulamita da Silva e Souza Fernandes
Telma Faltz Valério
Tiago Ungericht Rocha
Valéria Arias

ORGANIZADORES

Lorena Maria Laskoski
Marly Albiazzetti Figueiredo
Otto Henrique Martins da Silva

¹ É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte.

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a Formação Continuada para os Professores da Educação Básica que atuam no Ensino Médio no Paraná, como parte integrante do material do Programa Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. A formação para os professores do Ensino Médio será realizada nas escolas, com um total de 200 horas, sendo 100 horas destinadas a estudos individuais e 100h para estudos coletivos.

Esta Formação está organizada em duas etapas: a primeira compreende os sujeitos da escola, os elementos legais e estruturadores do currículo escolar e também propõe o diálogo entre os elementos legais e estruturantes do currículo escolar, as instâncias colegiadas e os processos avaliativos. A segunda etapa retoma a organização do trabalho pedagógico a partir do currículo disciplinar, a possibilidade de organização por áreas do conhecimento e a abordagem interdisciplinar no planejamento coletivo do trabalho docente por meio de eixos articuladores.

CONTEXTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

O Estado do Paraná, com o objetivo de (re)significar e redesenhar um currículo que seja realmente expressivo e que possa atender de maneira efetiva e com qualidade os anseios das juventudes paranaenses que cursam o Ensino Médio, vem propondo uma série de ações que incentivam iniciativas intencionalmente planejadas para essa etapa, e permitem discussões e reflexões dos profissionais da educação na Rede Estadual de Ensino.

A Semana Pedagógica de fevereiro de 2013, ao propor a discussão da realidade de cada unidade escolar, provocou o debate acerca de questões essenciais para que se possa estabelecer um processo de ensino-aprendizagem eficiente, com vistas a aperfeiçoar o trabalho pedagógico.

Sempre atenta às expectativas e necessidades da escola e dos professores, a Secretaria sistematizou o resultado das discussões realizadas ao longo do biênio 2012/2013. Os aspectos ressaltados pelos coletivos escolares geraram as dimensões: mecanismos de gestão, aspectos pedagógicos, recursos humanos e formação

continuada, além de outras questões que interferem no cotidiano dos estabelecimentos de ensino. Apresentamos a seguir cada dimensão:

Mecanismos de Gestão

- Retomada do papel do pedagogo: função do pedagogo frente ao cotidiano escolar - organização do trabalho pedagógico, acompanhamento da hora-atividade, análise e encaminhamento das situações de não aprendizagem X atendimento às situações emergenciais (como atendimento às turmas dos professores faltosos);
- Articulação entre o pedagógico – administrativo: dificuldade em algumas escolas perceberem que o administrativo deve acontecer em prol do pedagógico e do planejamento realizado;
- Fortalecimento das Instâncias Colegiadas: Conselho Escolar e Grêmio Estudantil – cumprimento de funções e exigências meramente burocráticas X a implantação efetiva de um mecanismo de Gestão Democrática;
- Postura da Direção em relação aos princípios da Gestão Democrática Participativa: tomada de decisões e execução das ações.

Aspectos pedagógicos

- Relação entre: PPP, PTD, Regimento Escolar e Organização do Trabalho Pedagógico;
- Avaliação: dificuldade em realizar a avaliação como processo de diagnóstico da prática docente; Dificuldade em trabalhar com a avaliação enquanto instrumento e critério; Ações realizadas a partir da avaliação; Como deve acontecer a recuperação; Encaminhamentos que podem ser realizados; Dificuldade em perceber o Conselho de Classe como parte do processo de avaliação;
- Retomada dos documentos orientadores do currículo: Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Estadual de Ensino e Caderno de Expectativas – concepção e prática;
- Leitura e interpretação: como trabalhar com a leitura e a formação do leitor a partir do trabalho de todas as disciplinas;

- Apropriação pedagógica da hora-atividade: como o pedagogo e os professores podem se apropriar da hora-atividade, utilizando-a como um momento de reflexão e replanejamento da ação do coletivo escolar;
- Organização curricular da educação no campo: desafios das escolas no campo em organizar o seu trabalho pedagógico a partir das áreas do conhecimento;
- Inclusão e flexibilização curricular: como os professores das diversas disciplinas podem trabalhar com as necessidades educacionais especiais e como construir um currículo acessível a todos. Como avaliar esses alunos;
- Utilização de recursos tecnológicos: como trabalhar com os recursos tecnológicos em sala de aula;
- Formação Integral / autonomia / emancipação: concepção teórica sobre os conceitos descritos, pois é possível perceber vários equívocos em relação à utilização desses jargões pedagógicos, inclusive quanto à função social da escola;
- Ensino Médio noturno: necessidade de se pensar em uma proposta diferenciada para o Ensino Médio noturno, principalmente no que consiste à organização da carga horária, tendo em vista o atendimento ao aluno trabalhador;
- Ampliação da jornada escolar: compreender a ampliação da jornada como possibilidade de enriquecimento curricular, além de aliada ao enfrentamento das situações de não aprendizagem ou aprendizagem insuficiente.

Recursos humanos

- Rotatividade de professores: dificuldade em se trabalhar com as 'perdas' pedagógicas ocasionadas pelas faltas excessivas dos professores e a dificuldade em se conseguir substituição;
- Ampliação da hora-atividade: mais momentos para planejamento e discussão na escola.

Formação continuada

- Retomada dos grupos de estudos: possibilitar que a formação continuada aconteça no ambiente escolar com certificação;

- Formação para os agentes educacionais que atuam em escolas que ofertam ampliação da jornada: como os agentes educacionais I e II podem melhorar o atendimento e os trabalhos realizados em escolas que possuem ampliação da jornada escolar – preparação das refeições, higiene e conservação de alimentos, como evitar o desperdício, como atender alunos na mediação de conflitos, entre outros;
- Formação presencial: a necessidade de se ofertar mais momentos de formação continuada presencial;
- Fortalecimento das equipes dos NRE: formação presencial para as equipes dos NRE – possibilidade de formação para que os técnicos possam realizar o atendimento de acordo com as necessidades das escolas.

Questões gerais

- Aproximação com as IES: necessidade de troca com as Instituições de Ensino Superior, assim como a participação mais próxima das IES no processo de elaboração das formações ofertadas;
- Unidade teórica nas ações da SEED;
- Integração com os municípios.

Dessa forma, os requerimentos das escolas e de seus profissionais se constituem como norteadores da formação que ora apresentamos.

A Formação para os Professores do Ensino Médio, aliada ao desenvolvimento das atividades do Programa Ensino Médio Inovador, cujo histórico apresentamos a seguir, são iniciativas assertivas que possibilitam a implementação de política educacional que venha a dar respostas aos desafios enfrentados por esta etapa de ensino.

Histórico do Programa Ensino Médio Inovador no Paraná

O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), instituído pela Portaria nº. 971, de 09/10/2009, foi criado para estimular o debate sobre o Ensino Médio junto aos Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital, fomentando propostas curriculares inovadoras nas escolas do Ensino Médio, disponibilizando apoio técnico e financeiro, consoante à disseminação da cultura de um currículo dinâmico, flexível e que atenda às demandas da sociedade contemporânea. A proposta contida no Documento

Orientador do Programa apresentou inicialmente pressupostos que indicavam a necessidade do estabelecimento de políticas educacionais para os adolescentes e jovens, com a oferta de Ensino Médio de qualidade.

De acordo com os indicativos sobre a organização curricular para esta etapa da educação básica, os currículos deveriam estar adequados às perspectivas da sociedade moderna, capazes de fomentar e fortalecer as experiências exitosas desenvolvidas pelos Sistemas de Ensino, consoante ao contexto de suas unidades escolares. Nesta edição do Programa, assim como no ano de 2010, o Estado do Paraná aderiu indicando 84 escolas, que desenvolveriam o Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais.

Nesse momento, a Secretaria de Estado da Educação propunha projetos denominados Planos de Ações Pedagógicas, com atividades optativas que registravam a expansão de carga horária no histórico do aluno. Essas eram, exclusivamente, as atividades complementares oferecidas por área do conhecimento, a serem executadas em turno contrário à escolarização, partindo de atividades relacionadas às Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Matemática. Tais atividades eram facultativas ao aluno, mas sua frequência obrigatória, ou seja, uma vez matriculado o aluno deveria frequentar assiduamente as atividades as quais tenha feito opção.

No ano de 2011 houve uma nova configuração na proposta do Programa, com objetivos relacionados ao Parecer 05/2011, por meio dos Projetos de Reestruturação Curricular em consonância com os seguintes documentos: Diretrizes Gerais para a Educação Básica, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Parecer 05/2011), Parecer CNE nº 11/2009, bem como as Matrizes de Referência do ENEM. O PRC previa uma matriz com carga horária de 2.400 horas, a serem ampliadas gradativamente para 3.000 horas, com foco em ações elaboradas a partir das áreas de conhecimento, como Leitura e Letramento, Atividades em Línguas Estrangeiras Adicionais, Atividades Teórico-Práticas e Fomento às Atividades Artísticas e Esportivas, com envolvimento da comunicação e o uso de mídias, incorporadas ao Projeto Político Pedagógico.

Nesse ano de 2011, assim como no ano de 2012, a proposta foi estendida às 94 escolas que já não necessitavam estar necessariamente ligadas ao Ensino Médio

por Blocos de Disciplinas Semestrais. Tais escolas passaram a inserir seus Projetos diretamente no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC).

No ano de 2013, para que ocorresse o processo de adesão ao ProEMI, o Departamento de Educação Básica organizou uma formação que abordava tanto as questões técnicas referentes à adesão, como questões pedagógicas relacionadas à reorganização curricular. A formação aconteceu de 19 a 22 de agosto de 2013 e contou com a participação dos diretores das escolas que já desenvolviam o programa, pedagogos e técnicos dos 32 Núcleos Regionais de Educação. Considerando as dificuldades de execução do programa nas escolas, a proposta foi rediscutida, levando em conta os sujeitos, as juventudes e o currículo.

Também no ano de 2013, o Ministério da Educação modificou a nomenclatura dos Projetos de Reestruturação Curricular, que propunham um novo olhar sobre o currículo, para Propostas de Redesenho Curricular (PRC) visando à discussão e reflexão sobre o currículo. A base para este redesenho pautou-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), tendo como princípio norteador a compreensão dos sujeitos e as juventudes presentes no Ensino Médio brasileiro e seus direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento integral, sendo estes aspectos fundamentais para o redesenho dos currículos, conforme o Documento Orientador (2013).

Os PRC passaram a ser bianuais, sendo executados durante os anos de 2014 e 2015. Dessa forma, os projetos entraram em consonância com Diretrizes Gerais para a Educação Básica, DCNEM e Diretrizes para a educação das populações do campo, quilombolas e indígenas, considerando ainda as bases legais constituídas pelos respectivos Sistemas de Ensino.

Tal proposta foi estendida a todas as escolas do Estado do Paraná, tendo como possibilidade de adesão os estabelecimentos de ensino que atendessem os seguintes critérios: escolas com Ensino Médio Noturno, escolas com Educação Profissional e Colégios Agrícolas e Florestais. Diferente das edições anteriores, que propunham o desenvolvimento das atividades escolhidas no turno contrário à escolarização, as ações passaram a ser integradas ao currículo, conciliadas entre as Diretrizes Curriculares Estaduais (DCE), a proposta de integração dos conteúdos por áreas do conhecimento e os pressupostos das DCNEM. Além dos macrocampos

obrigatórios indicados pelo documento orientador, a Secretaria de Educação, após discussão com os Núcleos Regionais de Educação e escolas, optou por ações no macrocampo Participação Estudantil. As ações pedagógicas planejadas devem ser desenvolvidas durante a carga horária semanal de aulas e por seus professores afins. Ou seja, as ações integradas devem partir da proposta pedagógica curricular das unidades escolares, incorporando-se ao Plano de Trabalho Docente e se efetivando na prática realizada em sala de aula.

Atualmente, 516 estabelecimentos de ensino executam o ProEMI em 247 municípios de todo o Estado, desenvolvendo práticas pedagógicas inovadoras e incorporando ações diferenciadas com a possibilidade de recursos para isso, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que oferece apoio técnico e financeiro às escolas do Ensino Médio, com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento de projetos que visem ao aprimoramento de propostas curriculares.

A implementação do ProEMI fomentou a discussão sobre a organização curricular do Ensino Médio no Estado, abrindo possibilidades de reflexão sobre outras questões que se relacionam à prática pedagógica, como a interdisciplinaridade, a organização curricular por áreas de conhecimento e os eixos integradores.

Para além destas questões, também as taxas de rendimento escolar, aprovação e abandono, oriundos do Censo Escolar, os índices de aprovação por Conselho de Classe, bem como os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP), de proficiência em língua portuguesa e matemática, dos alunos concluintes do Ensino Médio, apontaram para a necessidade de ações que busquem a melhoria da qualidade na educação. Dentre estas ações, destaca-se como essencial a formação continuada dos professores.

Nesse sentido, a Semana Pedagógica de 2014, propôs, para toda a comunidade escolar, a reflexão de temáticas relacionadas à qualidade na educação, sujeitos da escola e currículo. Dentro da discussão curricular ressalta-se, nos trabalhos desta semana, a proposta de elaboração do planejamento escolar considerando tanto as especificidades das disciplinas, quanto o diálogo interdisciplinar e as áreas do conhecimento.

OBJETIVO

A presente Formação para Professores do Ensino Médio visa a auxiliar com a discussão de temas que permeiam as atividades pedagógicas nas escolas, buscando superar lacunas e ampliar as possibilidades de melhoria da qualidade da educação. Também estão sendo realizadas Escolas Interativas², como ação de continuidade aos trabalhos realizados na Semana Pedagógica, para aprofundamento da discussão curricular.

Assim, espera-se que as orientações e sugestões aqui apresentadas, contribuam para refletir sobre os indicadores e resultados de aprendizagem do atual Ensino Médio no Paraná, assim como para motivar as escolas na construção de uma nova organização e prática pedagógica que respondam com efetividade às necessidades dos jovens dessa etapa de ensino.

O objetivo desta Formação é envolver os professores do Ensino Médio em uma discussão sobre a organização dos componentes curriculares, considerando a organização disciplinar e as áreas de conhecimento, com vista à articulação entre essas formas de organização curricular. Essa discussão será desenvolvida por meio de estudos sobre os sujeitos da etapa final da educação básica, das reflexões sobre os documentos oficiais da educação, da Gestão Democrática e da avaliação.

²Ação que tem por princípio a transmissão de conferências ao vivo e *online* com integração de vídeo e chat